



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas, Departamento de História

Saes, Alexandre Macchione  
A CRIAÇÃO DA *ECONOMIC HISTORY SOCIETY* NO AMBIENTE DE  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA ECONÔMICA NA INGLATERRA, C.1900\*

Revista de História (São Paulo), núm. 179, a01219, 2020

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.154472>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285068996018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UAEM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto



ARTIGO

# A CRIAÇÃO DA ECONOMIC HISTORY SOCIETY NO AMBIENTE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA ECONÔMICA NA INGLATERRA, C.1900\*

Contato  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 908  
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brasil  
alexandre.saes@usp.br

 Alexandre Macchione Saes\*\*  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brasil

## Resumo

Este artigo propõe apresentar o percurso de constituição da inglesa Economic History Society, primeira associação de história econômica do mundo, levando em conta o ambiente intelectual em que estavam imersos seus pesquisadores e estabelecendo o embate entre as lideranças fundadoras da história econômica e os economistas ingleses. A institucionalização da história econômica na Inglaterra, por meio da formação de sua associação, da promoção de congressos e de publicações de revistas direcionadas para a comunidade, deve ser encarada, não somente como um indicador da vitalidade da área por conta da organização dos pesquisadores, da disseminação de resultados de pesquisa e da presença de seus pesquisadores no debate dos grandes temas da sociedade, mas também como um instrumento de proteção e de valorização da área.

## Palavras-chave

Economic History Society – Inglaterra – história econômica – debate do método – economistas.

\* Este artigo foi apresentado no 46º Encontro Nacional de Economia, promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2018. Todas as fontes estão devidamente informadas no artigo, não publicado em plataforma *preprint*.

\*\* Doutor em História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – CNPq-2.



ARTICLE

# THE FOUNDATION OF THE ECONOMIC HISTORY SOCIETY DURING THE INSTITUTIONALIZATION OF ECONOMIC HISTORY IN ENGLAND, C.1900

Contact

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908  
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brazil  
[alexandre.saes@usp.br](mailto:alexandre.saes@usp.br)

 **Alexandre Macchione Saes**  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brazil

## Abstract

The paper presents the trajectory of Economic History Society development, the world's first Economic History association, taking into account the intellectual environment in which the founding leaders were immersed and the debates between economic historians and economists in England. The institutionalization of Economic History in England, through the creation of its association, the organization of congresses and publications oriented to the community, should be seen not only as an indicator of the field's vitality due to the organization of researchers, the dissemination of research findings and the presence of their respective researchers on the debate of major topics regarding society, but also as an instrument of protection and valuation of the field.

## Keywords

Economic History Society – England – Economic History – methodenstreit – economists.

O século XX foi palco da constituição de um grande número de associações nacionais de história econômica. Em comum, por intermédio da formação das associações, buscava-se construir espaços para reunir a comunidade – por meio de congressos e seminários –, ou mesmo para divulgar as pesquisas de seus sócios – através de revistas científicas dedicadas exclusivamente aos temas característicos dos historiadores econômicos. Podemos dizer que esse momento de formação das associações representava, por um lado, o contraditório contexto de efervescência de uma massa crítica de pesquisadores e professores, que sustentava certa identidade entre os historiadores econômicos e, por outro lado, uma conjuntura de crescente questionamento do método da história econômica por parte de outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, é possível encontrar a razão da constituição das associações de história econômica cotejando o florescimento de pesquisas e lideranças na área com o ambiente intelectual de cada país – por vezes, de estreitamento dos espaços acadêmicos e de pouco reconhecimento das contribuições de historiadores econômicos por parte de seus pares na academia, ora economistas, ora historiadores. Por exemplo, em se tratando da ciência econômica, a crescente instrumentalização e formalização tendeu, a partir de meados do século XX, a inferiorizar as interpretações e as análises históricas ante os métodos matemáticos e estatísticos. Por outro lado, a partir dos anos 1960 e 1970, a ascensão de uma história cultural, de valorização de aspectos antropológicos e psicológicos, retirou dos historiadores econômicos a posição outrora dominante na produção de obras históricas.

No caso inglês, o início da institucionalização da história econômica pode ser datado das duas últimas décadas do século XIX. Para N. B. Harte, o período de 1882 a 1904, que vai da publicação da primeira edição do livro do economista William Cunningham, *The growth of English industry and commerce in modern times*, à constituição da primeira cadeira dedicada exclusivamente à história econômica na Inglaterra, na London School of Economics, seria a fase de “decolagem” da história econômica. Isto é, o momento em que, partindo dos debates da década de 1870 sobre o método em economia, os economistas históricos encontrariam na criação de uma cadeira universitária a solução para garantir a demarcação do espaço da história econômica. Por outro lado, o período entre 1904 e 1926, que vai do início da disseminação das cadeiras pelas universidades inglesas até a formação da Economic History Society, seria o momento de “avanço para a maturidade” da área (HARTE, 1975, p. xii, xxvii). Em suma, valendo-se das expressões da teoria do desenvolvimento econômico de W. Rostow como analogia, N. B. Harte acaba por inferir um ca-

ráter significativamente positivo, incremental, na consolidação do ambiente da história econômica na Inglaterra do período.

Não podemos negar que se tratava de uma geração formada por representativos personagens, que apresentaram trabalhos de história econômica em quantidade e qualidade (SCHUMPETER, 1964, p. 87). O contexto era de profunda transformação da economia mundial, tanto por conta da difusão das técnicas e dos produtos resultantes da Segunda Revolução Industrial, como pelo impacto da crescente integração econômica internacional. Se, por um lado, no campo econômico a prática das políticas liberais encontrava significativo eco dentro das lideranças governamentais inglesas, país bastião do padrão-ouro, por outro a dimensão social saltava aos olhos, num contexto de ampliação da competição econômica internacional, de enfraquecimento relativo da estrutura industrial, de questionamento das políticas coloniais e, finalmente, de desemprego e empobrecimento da população do país. Talvez por isso mesmo a sociedade e parte da comunidade acadêmica inglesa demonstravam crescente aceitação e interesse pelos estudos históricos com temáticas econômicas e sociais. Vale lembrar dos sucessos editoriais de autores como Gibbins, com *Industrial history of England*, obra de 1890, com 28 reimpressões até 1926; Townsend Warner, com o livro *Landmarks of English industrial history*, publicado em 1899 e com mais de 26 mil cópias vendidas até 1913; e a obra de Sidney e Beatrice Webb, *Industrial democracy*, publicada em 1897 e com mais de 13 mil cópias vendidas até 1914 (BARKER, 1977, p. 4).

Mas certamente foi Sir William James Ashley (1860–1927), autor de *Introduction to English economic history and theory* (1885) cuja carreira se iniciou nas universidades de Oxford e Toronto, que se tornou uma das principais lideranças em solo inglês no processo de institucionalização da história econômica no país.<sup>1</sup> Inicialmente foi o responsável pela primeira cadeira no mundo destinada à história econômica, constituída no ano de 1892 na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Anos mais tarde, retornando para seu país natal, assumiu a cadeira de comércio da primeira Faculdade de Comércio da Inglaterra, na Universidade de Birmingham, em 1901, mas continuou advogando a favor da área de história econômica, tornando-se o primeiro presidente da Economic History Society em 1926.

Além de Ashley, entre os pioneiros da história econômica na Inglaterra figuravam nomes como Arnold Toynbee, Thorold Rogers e William Cunningham

<sup>1</sup> O interesse de Ashley pela História Econômica é creditado à influência de Arnold Toynbee, seu professor em Oxford, e de Gustav Schmoller, seu professor em Berlim. Conferir Harte (1975, p. xxii).

(HARTE, 1975, p. xix). Arnold Toynbee (1852–1883) faleceu prematuramente, mas seu famoso curso sobre a Revolução Industrial inglesa no século XVIII, apresentado em Oxford entre 1881 e 1882, tornou-se referência temática e metodológica com o livro póstumo *Lectures on the Industrial Revolution in England* de 1884. Thorold Rogers (1823–1890), por seu turno, mesmo negando a necessidade de um método histórico para o ensino de economia – visto como o mais ortodoxo economista histórico inglês da geração –, também legou valiosas contribuições, por meio de estudos de história econômica, como os livros *History of agriculture and prices* (1866), *Industrial and commercial history of England* (1882) e *Six centuries of work and wages* (1884) (KOOT, 1980, p. 183–185). Finalmente, William Cunningham (1849–1919), que se tornaria o principal oponente de Alfred Marshall (1842–1924) em Cambridge e relevante defensor do método histórico nos cursos de economia, foi autor das obras *The growth of English industry and commerce in Modern Times*, de 1882 e *The growth of English industry and commerce during the early and middle ages* de 1890.

A lista poderia avançar para outros nomes como os de Herbert S. Foxwell (1849–1936), professor de economia política na Universidade de Londres e autor de *Irregularity of employment and the fluctuations of prices*, de 1886; ou, ainda, William Albert Samuel Hewins (1865–1931), que foi reitor da London School of Economics (LSE) entre 1895 e 1903 e autor de *English trade and finance, chiefly in the seventeenth century* de 1892. A convicção de que se tratava de uma geração teoricamente poderosa era reconhecida pelos próprios economistas. O otimismo de William Hewins sobre o projeto de curso da London School of Economics era tamanho, levando-o a dizer, em 1898, que seria possível passar o centro gravitacional dos economistas históricos do mundo germânico para a Inglaterra (KOOT, 1980, p. 201).

Em suma, a Inglaterra tornou-se um espaço privilegiado para a congregação de historiadores econômicos, os quais durante as primeiras décadas do século XX possuíam lideranças intelectuais e institucionais que foram mobilizadas para organizar pesquisadores e simpatizantes em defesa da área. Todavia, acreditamos que tal liderança, ante a ideia de um movimento de afirmação, cumpriu efetivamente o papel de um movimento de resistência, pois na Inglaterra do início do século XX o ambiente de constituição da associação esteve longe de ser favorável aos economistas que se amparavam na história como instrumento de análise e interpretação dos fenômenos econômicos. Para os economistas ingleses, o momento era de difusão do marginalismo naquilo que daria base para a consolidação da já então chamada ciência econômica. Em resumo, o novo paradigma – a nova “autoridade científica” – em torno do conhecimento econômico vinha encontrando

nova linguagem, novos instrumentos de análise, com a crescente presença da matemática e da formalização das análises econômicas, produzindo um significativo afastamento do método histórico.<sup>2</sup>

Mas podemos dizer ainda que esse seria um movimento de dupla resistência. Se no campo teórico a institucionalização da história econômica representa a congregação de economistas ingleses que teriam perdido espaço dentro do campo científico, por outro lado, como veremos adiante, é possível reconhecer uma certa identidade na forma de compreensão da sociedade por parte dos pioneiros da história econômica. Imersos no contexto de disseminação do capitalismo de transição do século XIX e XX, momento em que a Inglaterra vivia ainda sua *pax britannica*, período final da Era Vitoriana, os historiadores econômicos, se valendo da análise histórica e social, seriam mais críticos à noção de progresso tão presente entre economistas e historiadores *whig*.<sup>3</sup>

Assim, este artigo propõe apresentar o percurso de constituição da inglesa Economic History Society, primeira associação de história econômica do mundo, levando em conta o ambiente intelectual em que estavam imersos seus pesquisadores e estabelecendo o embate entre as lideranças fundadoras da história econômica e os economistas ingleses. Se não é possível negar a influência do ambiente intelectual e de seus desafios sobre os historiadores econômicos que assumiram a tarefa de definir os marcos institucionais, todavia não duvidamos que outras motivações – frutos de experiências particulares de cada localidade e de possíveis disputas de caráter nem sempre teórico – podem ser levadas em conta como indicadores do caminho da institucionalização das associações. Portanto, a institucionalização da história econômica na Inglaterra, por meio da formação de sua associação, da promoção de congressos e da publicação de revistas direcionadas para a comu-

<sup>2</sup> Nesse sentido, nossa perspectiva de análise segue o que Pierre Bourdieu chamaria de “autoridade científica”: como um capital social conquistado no espaço de disputa do campo científico, que representa não somente o monopólio da competência científica, mas também poder social. Nas palavras do autor: “É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas” (BOURDIEU, 1983. p. 126).

<sup>3</sup> Sobre a hegemonia do ideário liberal do período, conferir Polanyi (2000). Para verificar a dimensão do progresso entre os autores da economia política clássica e seus herdeiros, conferir capítulo 4 de Fontana (1998).



nidade, deve ser encarada não somente como um indicador da vitalidade da área por conta da organização dos pesquisadores, da disseminação de resultados de pesquisa e da presença de seus pesquisadores no debate dos grandes temas da sociedade, mas também como um instrumento de defesa, proteção e conservação da área num momento de estreitamento de sua atuação.

## O debate do método na Inglaterra (*methodenstreit*)

Recuperar a origem da história econômica não é, certamente, uma tarefa simples. Se os marcos de sua institucionalização são mais evidentes, isto é, a criação de cadeiras nas universidades, a formação de sociedades e periódicos autointitulados de “história econômica”, por outro lado, o perfil da pesquisa, o estudo de determinados temas e o uso de uma dada metodologia que define a área de história econômica como esfera autônoma de análise, são elementos muito mais sutis e fluidos em suas definições. Não é possível negar componentes comuns entre a pesquisa de história econômica e escritos da economia política clássica, como em partes de *A riqueza das nações* de Adam Smith, ou mesmo nas obras do materialismo histórico, por exemplo, *O capital* de Karl Marx (FONTANA, 1998, p.90 e 142). Mas considerar esses autores e escolas como parte da evolução da história econômica é flertar com o anacronismo, deixando de reconhecer seus ambientes intelectuais particulares, tanto de disputas teórico-metodológicas, como também de querelas políticas.<sup>4</sup>

Os primeiros historiadores econômicos ingleses podem ser encontrados naquela que ficou conhecida como a “batalha dos métodos”, realizada por economistas ingleses e alemães nas décadas finais do século XIX. Isto é, tratava-se não somente de uma experiência precoce, mas, além disso, diferente da tradição dos estudos de história econômica realizados, por exemplo, na França,<sup>5</sup> campo dominado substancialmente por historiadores que circula-

<sup>4</sup> Para uma referência sobre estudos com temáticas de história econômica antes da institucionalização da área, conferir Gras (1927, p. 12-27). Para o autor, as obras publicadas entre os séculos XVI e XVIII eram poucas e basicamente se voltavam para as atividades comerciais. Na Inglaterra, mesmo depois de Adam Smith, o diálogo entre a história e a economia ainda era limitado, tendo maior espaço entre os economistas políticos alemães.

<sup>5</sup> Não é nosso objetivo neste artigo desenvolver uma análise sobre a trajetória da institucionalização da história econômica na França. Não obstante, vale lembrar que a Association Française d'Histoire Economique foi constituída somente em 1965, originalmente como iniciativa de historiadores bastante identificados com a *Revista dos Annales*, tais como, Ernest Labrousse, Emmanuel Le Roy Ladurie e Joseph Goy. Não queremos dizer com isso, entretanto, que entre os economistas franceses não houvesse a preocupação com a dimensão histórica. Pelo con-



riam pela *Revista dos Annales* nas décadas de 1930 e 1940.<sup>6</sup> Na década de 1870, os historiadores econômicos ainda eram reconhecidos na Inglaterra como “economistas históricos” e no mundo germânico como membros da escola histórica. Consequentemente, a ideia de constituir uma área do conhecimento chamada de história econômica, independente da economia, não fazia sentido até então.<sup>7</sup> Defendia-se efetivamente que o economista, como pesquisador, devesse incorporar técnicas de pesquisa em história em sua metodologia.

Essa perspectiva já existia entre os autores da primeira geração da escola histórica alemã, que emergiu durante a década de 1840 com a liderança de Wilhelm Roscher – autor de *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft Nach geschichtlicher Methode* (1843) – e com outros representantes como Friedrich List, Bruno Hildebrand, Karl Knies (HARTE, 1975, p. xiii).<sup>8</sup> Essa seria a antiga escola histórica alemã, cujos autores advogavam o uso de evidências históricas na construção do conhecimento econômico, sem se oporem necessariamente à elaboração de teorias, mas, ao contrário, refutando a validade das teorias de caráter dedutivo, como as presentes na obra de David Ricardo.

A nova escola histórica alemã, por seu turno, deve ser lembrada especialmente pelo papel desempenhado por Gustav von Schmoller, professor responsável por formar gerações de economistas da Europa e dos Estados Unidos. N. S. B. Gras, criador da cadeira de Business History em Harvard e

---

trário, reconhecemos a relevância da *Revue d'Économie Politique*, ou mesmo as contribuições de François Simiand para o debate do método histórico no início do século XX – tais como os textos “Méthode historique et science social” (1901) e “La Méthode positive en science économique” (1911). No entanto, não foi no ambiente francês, com toda certeza, que o debate sobre o método econômico teve sua maior dimensão.

<sup>6</sup> A *Revista dos Annales*, formada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, marcou uma revolução historiográfica na área, ao estabelecer o estreito diálogo entre a história e as ciências sociais, em oposição ao método positivo dominante nas narrativas históricas da transição do século XIX para o XX. Nesse período a revista chegou a ter quatro diferentes títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929–1939); *Annales d'histoire sociale* (1939–1942; 1945); *Mélanges d'histoire sociale* (1942–1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946–), mas manteve um papel decisivo no direcionamento da nova produção de estudos históricos na França (BURKE, 2010, p. 11).

<sup>7</sup> N. S. B. Gras distingue de maneira *sui generis* os historiadores econômicos e os economistas históricos por meio do viés de interpretação. Estes valorizam a circulação, enquanto aqueles a produção, o que certamente não faz muito sentido para o debate metodológico (GRAS, 1920, p. 209–224). Joseph Schumpeter, por sua vez, trata de maneira praticamente indiferenciada os dois termos (SCHUMPETER, 1964, p. 87). Como afirmaremos mais à frente, a diferenciação de denominação pode revelar um aspecto interessante para a compreensão do lugar deste perfil de pesquisador.

<sup>8</sup> Edwin F. Gay, primeiro presidente da Economic History Association, associação norte-americana, em seu discurso de posse indica Roscher como um dos primeiros economistas históricos, formulador de um programa original de uma nova escola de economia (GAY, 1941, p. 9).

membro da primeira gestão da Economic History Association, narrou a influência de Schmoller desta forma:

Germany no longer has before it the colossal figure of a Schmoller, surrounded by a seminar of disciples destined to spread his influence in distant parts and fulfill wish more careful special studies on economic history. Schmoller was a historical economist, but his methods called for painstaking researches in economic history. His influence in our generation, upon such scholars as Ashley, Gay, Seligman and Unwin, may be compared with that of Ranke in the field of political history a generation or so ago. (GRAS, 1920, p. 210)

Schmoller foi também personagem central na chamada “batalha do método”, na versão germânica, em contraposição às posições do economista austríaco Carl Menger. O Methodenstreit, como ficou conhecido o debate entre Menger e Schmoller realizado por meio de artigos publicados entre 1883 e 1884, em linhas gerais, demonstrava a perspectiva do austríaco e sua visão cosmopolita e individualista de sociedade, enquanto por detrás dos argumentos historicistas do alemão estava uma visão nacionalista e coletivista da economia. Em síntese: “a escola austríaca defendia teoria, abstração e dedução. A escola histórica defendia história, realismo e indução” (NARDI-NELLI; MEINERS, 1988, p. 543–544).<sup>9</sup>

Assim, Gerard Koot não duvida da importante ligação entre os economistas históricos na Inglaterra e na Alemanha, considerando inclusive, os precursores ingleses da história econômica, Ashley e Toynbee, como herdeiros diretos dos debates promovidos pelos economistas históricos. Para o autor, apesar da participação de historiadores no movimento que culminaria com a formação da Economic History Society, foram os economistas históricos que, no último quarto do século XIX, desempenharam o maior papel intelectual e institucional, reconhecendo a história econômica como uma disciplina acadêmica distinta na Inglaterra (KOOT, 1980, p. 174). Para Ashley, a questão do método histórico era duplamente importante, tanto por questões teóricas como por implicações políticas. Seu contato com a escola histórica, contudo, deu-se inicialmente pela “versão inglesa” do debate do método, *Methodendikurs*, ocorrida quase uma década antes da germânica, e posteriormente pelos estudos na Alemanha, onde conheceu pessoalmente Gustav von Schmoller (KOOT, 1980, p. 188–189).

<sup>9</sup> Sobre o debate do método alemão há uma vasta literatura. Conferir o capítulo 4 de Schumpeter (1968), os capítulos 4, 7 e 9 de Hodgson (2001), e Tribe (2003).

Assim, não obstante o fato de a identificação dos economistas ingleses com as interpretações históricas poder ser resgatado pelas influências da escola histórica alemã, antes mesmo da batalha dos métodos em sua versão germânica, a Inglaterra já teria passado por sua própria versão da batalha. Com a crise da economia política clássica nos anos 1870, os “economistas históricos” passaram a disputar os temas, as interpretações econômicas e a própria direção do futuro da teoria econômica na Inglaterra com os economistas da corrente marginalista em ascensão (HODGSON, 2001, p. 8).

A origem do *Methodendikurs*, nesse sentido, era parte do cenário de crise da economia política clássica dos anos 1870, resultante tanto do aspecto material da economia, como também de mudanças no campo do conhecimento econômico. A crise material devia-se à Grande Depressão do século XIX, prolongado período de deflação e baixo crescimento econômico que colocava em questão, para uma parcela da sociedade, as perspectivas econômicas liberais dominantes em meados do Oitocentos.<sup>10</sup>

Por outro lado, com o falecimento de John Stuart Mill em 1873, possivelmente o último grande representante dessa escola na Grã-Bretanha (MATTOS, 2010, p. 271), e com a publicação das obras de Jevons, Menger e Walras, que inauguravam o marginalismo naquela década, os sólidos pilares da economia política clássica passavam a ser questionados.<sup>11</sup> Antecipando a polarização do ambiente alemão da década de 1880,

by the 1870s political economy came to be deeply divided by what later generations were to regard as a futile methodological debate about whether economists should be inductivist or deductivist, whether the efforts of economists should be devoted towards developing theories or gathering facts. (HARTE, 1975, p. xiv)

Entre as principais lideranças dos economistas históricos ingleses estava Cliffe Leslie, um discípulo pouco ortodoxo de Stuart Mill, professor de jurisprudência e economia política em Belfast.<sup>12</sup> Preocupado com as questões

<sup>10</sup> Sobre a Grande Depressão do século XIX, conferir o capítulo 9 de Saes e Saes (2013).

<sup>11</sup> Carl Menger, Stanley Jevons e León Walras são reconhecidos como os responsáveis pela revolução marginalista, por publicarem independentemente e quase ao mesmo tempo suas obras, que estabeleciam a teoria da utilidade marginal. Apesar da proximidade metodológica, suas teorias não eram completamente convergentes: por exemplo, a mensuração do valor entre Menger e Jevons era significativamente distinta, visto que para Jevons ela poderia ser feita por meio da matemática, caminho dispensável para Menger (SCHUMPETER, 1964, p. 97-100).

<sup>12</sup> Cliffe Leslie e seu colega John Ingram foram responsáveis por trazer algumas referências da escola histórica alemã, como Karl Knies, para a língua inglesa (HODGSON, 2001, p. 69).

sociais na Irlanda, especialmente as derivadas da questão agrária, o autor empreendeu durante a década de 1870 uma batalha contra os princípios clássicos da economia política. O economista irlandês seria, nesse sentido, um importante crítico da noção de progresso contida nos discursos econômicos dominantes, examinando os limites e as contradições das políticas econômicas fomentadas pela ideologia liberal.

Assim, Leslie opunha-se aos princípios gerais das teses de autores como David Ricardo e seu próprio mentor, John Stuart Mill, questionando a universalidade das motivações dos homens em busca da riqueza e da aversão ao trabalho, estabelecendo uma hipótese comportamental que definia o “homem econômico” por meio de uma abstração. Contra essa concepção, os historicistas defendiam uma ciência indutiva, próxima da análise histórica e sociológica. Assim, acreditava que somente por meio da investigação histórica, em oposição às teorias dedutivas, seria possível compreender as raízes da crise econômica que assolava os irlandeses (KOOT, 1980, p. 180; MATTOS, 2017, p. 4). Nas palavras do autor:

The economic structure of any given community, the direction taken by national energies, the occupations of the different classes and of both sexes, the constituents and the partition of movable and immovable property, the progressive, stationary, or retrogressive condition in respect of productive power and the quantity and quality of the necessities, comforts, and luxuries of life, are the results not of special economic forces, but of all the social forces, political, moral, and intellectual, as well as industrial. (LESLIE, 1879, p. 523).

Cliffe Leslie criticava que os postulados da economia política clássica estavam fundamentados na realidade econômica da Inglaterra, que, todavia, não poderia ser reproduzida em outros contextos. A fome que se abatia sobre a Irlanda teria sido resultado, desta forma, de políticas de livre-comércio equivocadas, guiadas pelas “leis universais” da teoria econômica, como as reformas liberais de Robert Peel de 1846.<sup>13</sup> Para o autor, somente seria possível avaliar outras realidades econômicas, culturais e institucionais, valendo-se das evidências empíricas, de um método indutivo, encontrando assim políticas econômicas que fossem mais adequadas para problemas específicos (HODGSON, 2001, p. 66-67).

---

<sup>13</sup> Na resenha de Leslie ao livro de Lord Dalling e Bulwer, o economista irlandês é categórico em suas críticas à política do primeiro ministro inglês, responsabilizando-o pela fome irlandesa (LESLIE, 1874, p. 523).

Nesse sentido, Leslie polarizava os métodos econômicos a partir do que era dominante entre as escolas inglesa e alemã, filiando-se aos germânicos e considerando-a tendência que deveria se tornar dominante:

Two different conceptions of Political Economy now divide economists throughout Europe; of which, looking to their origin, one may be called English, the other German, though neither meets with universal acceptance in either England or Germany. English writers in general have treated Political Economy as a body of universal truths or natural laws; or at least as a science whose fundamental principles are all fully ascertained and indisputable, and which has nearly reached perfection. The view, on the other hand, now almost unanimously received at the universities, and gaining ground among practical politicians, in Germany, is that it is a branch of philosophy which has received various forms in different times and places from antecedent and surrounding conditions of thought, and is still at a stage of very imperfect development. Each of these conceptions has its appropriate method; the first proceeding by deduction from certain postulates or assumptions, the second by investigation of the actual course of history, or the historical method. (LESLIE, 1875, p. 1)

Economistas como Walter Bagehot e John Ingram advogavam a mesma perspectiva de Leslie.<sup>14</sup> Em artigo de 1876, Bagehot via a economia política, especialmente a gerada a partir da obra de David Ricardo, como grande simplificação da realidade (HARTE, 1975, p. xv). Por outro lado, John Ingram, em discurso como presidente da British Association for the Advancement of Science, em 1878, afirmaria a necessidade de desenvolver uma economia histórica, por meio da análise empírica dos fatos (HODGSON, 2001, p. 68). No discurso o autor elenca o que considera erros cometidos pelos economistas ingleses: 1. Apartar os fenômenos econômicos dos outros aspectos da sociedade; 2. Considerar, muito por influência de David Ricardo, de maneira abstrata suas proposições; 3. Exagerar na análise dedutiva em suas investigações; e, finalmente, 4. Estabelecer conclusões apressadas e universais, por meio dos pressupostos teóricos, para aplicar indiscriminadamente na política econômica de qualquer sociedade. Por exemplo, Ingram questionava

<sup>14</sup> Walter Bagehot (1826–1877) foi editor do *The Economist* entre 1861 e 1877 e autor de obras sobre economia como *Lombard Street: a description of the money market* de 1873, importante livro sobre o sistema financeiro internacional, escrito em função da quebra do banco Overend, Gurney and Co., que teria gerado pânico em algumas praças financeiras inglesas em 1866 (BIRRELL, 1922, p. 213–235). John Ingram (1823–1907), por sua vez, foi autor da obra *A history of political economy* (1888), que o colocou como importante representante da escola histórica de economia (BARRETT, [19—]).

a concepção absoluta, tanto teórica como prática, da doutrina do *laissez faire* (INGRAM, 1879, p. 1-29).

Numa posição de destaque na sociedade científica inglesa, era sintomático o recado de John Ingram em 1878, demonstrando como o campo dos estudos econômicos estava em disputa. Ingram, de sua parte, exigia que os ingleses não ignorassem os avanços das ciências da Europa continental, em especial as possíveis relações entre economia e sociologia, conforme as ideias de C. Leslie:

Our economists have undeniably been slow in observing the currents of European thought. Whilst such foreign writers as echo the doctrines of the so-called orthodox school, are read and quoted in England, the names of those who assume a different and more independent attitude are seldom heard, and their works appear to be almost entirely unknown (...). The controversy, therefore, as to the methods of economic research and its relations to sociology as a whole, cannot long be postponed amongst us. It has in fact been already opened from different sides by Mr. Leslie. (INGRAM, 1879, p. 28)

Nesse sentido, tanto Ingram como Leslie, seguindo a perspectiva da escola histórica alemã, pretendiam reconstruir a economia como uma ciência indutiva, observacional, empírica, negando o movimento de fortalecimento da uma teoria abstrata (BLADEN, 1941, p. 21). Se essas colocações ainda estavam intimamente ligadas ao debate do método, numa disputa sobre qual “teoria econômica” assumiria a hegemonia numa fase de crise da economia política clássica, não era possível dissociar a visão teórica da análise da conjuntura. Os economistas históricos, ao enfatizarem a incapacidade de uma teoria universal responder às exigências da realidade, mostravam que a sensibilidade histórica demandava uma nova ciência que pudesse atender aos desafios sociais contemporâneos.

Walter Bagehot, por exemplo, mostrava-se preocupado com o ambiente de crise da ciência econômica na década de 1870, que não conseguia mais responder às demandas de uma sociedade afetada pela crise econômica internacional. Ainda que sua posição metodológica se aproximasse do método dedutivo e das lições de Ricardo, compreendia que as críticas dos economistas históricos possuíam algum fundamento, pois pouco esforço teria sido empreendido até então na análise da teoria econômica em sociedades atrasadas, “não econômicas”, como ele denominou. Não questionava, portanto, a validade das leis da economia política para o estudo e promoção de políticas na Inglaterra, mas, por outro lado, reconhecia que poucos países teriam alcançado seu estágio de desenvolvimento (MATTOS, 2017, p. 9-11).



## **O debate de Cambridge: *Princípios de Economia* e a política econômica inglesa**

Pode-se dizer que a repercussão do debate do método realizado durante a década de 1870, tanto no ensino como na compreensão do que seria a teoria econômica na Inglaterra, começaria a ser sentida, efetivamente, somente anos mais tarde, a partir de uma nova polarização intelectual. A contenda ocorreria em Cambridge, na década de 1890, colocando em lados opostos William Cunningham, autor da volumosa obra sobre a indústria e comércio britânico, e Alfred Marshall, autor de *Princípios de Economia*, possivelmente o mais importante economista do período. Os comentaristas do debate lembram que além da polarização teórico-metodológica dos autores, como veremos a seguir, existia uma disputa política e pessoal entre Cunningham e Marshall pelo controle da cadeira de economia política de Cambridge. Esta, com a morte de seu titular, Henry Fawcett, acabou sendo assumida por Marshall em 1884 (MALONEY, 1976, p. 441).

O impacto de *Princípios de Economia* foi profundo para a teoria econômica inglesa. Com a obra, Marshall alcançava seu objetivo de construir as bases “científicas” para a ascendente nova ciência econômica. A partir da aproximação com a matemática, o autor defendia a possibilidade de realizar análises objetivas e de caráter universal, apontando os limites do método indutivo. Sua teoria de equilíbrios parciais entre oferta e demanda formava um elemento essencial da teoria econômica, que não poderia ser contestada: a maior conquista do marginalismo de Marshall era dar independência à economia, como uma ciência autônoma, rigorosa, com corpo teórico próprio (MALONEY, 1976, p. 450). Para Hodgson, contudo, seu marginalismo não pode ser considerado puramente individualista e subjetivo, pois como lembra o próprio autor nos *Princípios*: “Então, a análise econômica e o raciocínio geral são de grande aplicabilidade (...) [mas] qualquer mudança nas condições sociais deve ser considerada para o novo desenvolvimento das doutrinas econômicas” (MARSHALL, 1890 apud HODGSON, 2001, p. 99).

Alfred Marshall não desconhecia a história econômica e, tampouco, era contrário a ela, como demonstrado tanto em seu livro *Industry and trade* como em seus discursos, nos quais buscava conciliar os métodos dedutivos e indutivos, a teoria e a história.<sup>15</sup> Sua própria proposição teórica é compre-

---

<sup>15</sup> Como fica evidente em seu artigo de 1897 (MARSHALL, 1897, p. 133). Barker sintetiza tal disputa como quase fiel reprodução da batalha dos métodos: enquanto o primeiro defendia



endida como uma posição intermediária no debate do método, por rejeitar tanto a proposta indutiva dos economistas históricos, como por questionar a separação da economia proposta por Jevons, entre uma análise econômica matemática, abstrata e dedutiva, e um ramo histórico, dos fatos.<sup>16</sup>

O debate Cunningham-Marshall, desta forma, não assume o mesmo teor daquele de outrora, pois sendo o próprio Marshall um defensor da importância do método histórico, ao afirmar que a análise teórica teria o papel de criar uma estrutura de causalidade no processo histórico, acabava por desarmar seu oponente.

De qualquer maneira, sua posição hegemônica em Cambridge lhe rendeu os mais agressivos ataques de William Cunningham, seu maior antagonista, entre a década de 1880 e 1900.<sup>17</sup> Cunningham, em resenha sobre a obra *Princípios* de Marshall, acusava o autor de assumir pressupostos teóricos distantes da realidade:

To attempt to interpret medieval rents in the light of this theory (Ricardian principle) is an anachronism, and shows a misunderstanding of the whole conditions of rural life". Ainda mais diretamente indicava: "Alike in dealing with ancient civilisation, with municipal life, and with rural life in England, Professor Marshall is, I venture to think, singularly unlucky. (CUNNINGHAM, 1892, p. 494-496)

Para Marshall os ataques de Cunningham eram frágeis, pois apresentavam um autor que estaria estudando história econômica apenas como uma série de fatos (HODGSON, 2001, p. 107). Em sua resposta, Marshall ponderava:

Dr. Cunningham is mistaken in supposing that my book proceeds on 'the underlying assumption (...) that the same motives have been at work in all ages, and have produced similar results (...) and that the same laws hold good.' On the contrary, the chapter on The Growth of Economic Science insists that modern economists are learning from

---

um ensino com maior peso empírico, o segundo advogava a favor de uma perspectiva mais teórica (1977, p. 6). Hodgson questiona posições como a de Barker, que colocam Marshall em oposição à escola histórica alemã, alegando que o autor chega e tecer comentários elogiosos aos historicistas alemães, inclusive no *Princípios* (HODGSON, 2001, p. 95-97).

<sup>16</sup> Magaret Schabas relativiza essa diferença entre os autores, alegando que mesmo Marshall evitando o uso da álgebra em sua obra e tentando manter relativa distância do formalismo da teoria de Jevons, o economista "fez muito para promover uma economia matematizada entre 1870 e 1900" (SCHABAS, 1989, p. 73).

<sup>17</sup> Vale o registro da troca de artigos entre os autores no *Economic Journal*. "The perversion of Economic History" é a principal acusação de Cunningham (1892) após a publicação dos *Princípios*; e a resposta de Marshall é: "[The perversion of Economic History]: A reply" (1892).

biology (...) and my definition of an economic or other social law is 'a statement that a certain course of action may be expected under certain conditions from the members of a social group'. (MARSHALL, 1892, p. 507)

Nesses anos, a “vitória” de Marshall foi verificada pela formação da estrutura do curso de graduação de economia de Cambridge (o *Tripes* criado em 1903) e pela própria difusão da obra do autor, que gerou uma mudança significativa no campo da teoria econômica, a transformação da economia política em ciência econômica (KOOT, 1982, p. 4). Com a estrutura do curso de graduação em economia criada por Marshall os alunos teriam que percorrer dois anos de ensino teórico, usando ferramentas como a geometria analítica, e um último de economia aplicada, por meio da história econômica e da política. Anteriormente o ensino de economia política era parte dos estudos das ciências morais, cuja formação previa também as avaliações em disciplinas como história moderna, leis da Inglaterra e filosofia moral. Com Marshall, o caráter independente da ciência econômica era finalmente alcançado:<sup>18</sup> tratava-se inegavelmente de uma derrota para os defensores de uma presença maior do método histórico em Cambridge, como Foxwell e Cunningham. Marshall ainda conseguiria garantir uma sólida sucessão após sua aposentadoria. Passando o bastão a Arthur Pigou em 1908 e tendo John Maynard Keynes como editor do *Economic Journal* a partir de 1911, a ciência econômica, conforme seus desígnios, estava em boas mãos (HODGSON, 2001, p. 105).

Fora de Cambridge e concomitantemente à concretização do projeto de Alfred Marshall, dois importantes eventos envolveram os historiadores econômicos ingleses. O primeiro episódio de destaque foi a resposta que deram ao modelo de curso que vinha se firmando em Cambridge: procuraram disseminar (com algum sucesso) disciplinas especificamente voltadas à história econômica nas mais diversas faculdades do país.<sup>19</sup> O segundo evento, por outro lado, foi a reunião, daqueles que se filiavam a uma perspectiva histórica, em torno de algumas questões da política econômica inglesa, notadamente o debate sobre a reforma tarifária do início do século XX. A Grande Depressão

<sup>18</sup> Para Marcuzzo et al. o sucesso de Marshall colocou Cambridge na dianteira do ensino de economia em comparação com outros relevantes centros como Birmingham e Londres (MARCUIZZO, 2012, p. 13). Para uma história da relevância do economista na constituição do curso de economia em Cambridge, conferir Groenewegen (1988).

<sup>19</sup> Nas palavras de T. C. Barker: “This great superiority of economics at Cambridge over that at Oxford, and the Cambridge economist’s influence over economic history in their university, posed problems for a nascent economic history society, for the prime movers in it were not from among the Cambridge economics elite” (BARKER, 1977, p. 8).

do século XIX e suas consequências para os trabalhadores tinham levado economistas a se preocuparem crescentemente com os problemas sociais, assim como a questionar alguns dos princípios da economia política clássica que acabaram por guiar a formulação das políticas econômicas inglesas.

Quanto ao espaço institucional aberto ao método histórico e à própria história econômica, um passo decisivo no fortalecimento da área ocorreu em fins do século XIX na Universidade de Londres. A London School of Economics and Political Science (LSE) foi fundada em 1895, tendo entre seus objetivos ser uma instituição de oposição às diretrizes que chamavam de ortodoxas, vindas de Cambridge. Como defende Koot (1982, p. 3-4), um dos princípios fundadores da LSE pode ser encontrado na batalha dos métodos inglesa, em que os economistas históricos defendiam que a teoria econômica *per se* não teria nenhum sentido, e para contrapô-la os economistas deveriam se valer dos fatos, isto é, da história. Mas, como considera o autor, essa posição é muito mais do que somente uma posição metodológica, visto que sua implicação estava diretamente relacionada às disputas sobre a política econômica inglesa.

Por outro lado, tal proposição das lideranças da LSE também dialogava com mudanças no perfil dos estudos de história na Inglaterra. Com William Stubbs em Oxford, por exemplo, a disciplina se distanciava de uma perspectiva literária, presente em obras como a de Carlyle, para uma área de pesquisa com um método mais preciso da análise documental, dando maior atenção para aspectos sociais e econômicos da história, como no livro de J. R. Green, *Short history of English people* de 1874 (HARTE, 1975, p. xix).

Assim, a fundação da LSE deve ser compreendida como um movimento mais geral de contestação política existente na Inglaterra. Seus fundadores, Beatrice e Sidney Webb, originavam-se do socialismo Fabiano, acreditavam no caminho de um socialismo por via reformista, dentro das regras constitucionais. Inclusive, foi a partir dos recursos da sociedade Fabiana que se viabilizou a constituição da faculdade de economia em Londres, cujo currículo deveria valorizar o ensino empírico, intervencionista, histórico e, acima de tudo, prático (KOOT, 1982, p. 5). Em oposição ao que seria o *Tripós* em economia idealizado por Marshall em Cambridge, o curso de economia na LSE legava à teoria uma posição secundária, enfatizando, por outro lado, a história do pensamento econômico, a estatística, a história econômica e a

economia aplicada.<sup>20</sup> A centralidade da história na formação dos economistas da Universidade de Londres alcançaria o auge com a reforma universitária de 1901, quando passava a ser possível que os estudantes do curso de economia se especializassem em história econômica. Nesse momento, Lilian Knowles, assistente de pesquisa de William Cunningham, seria apontada para assumir a primeira cadeira exclusivamente de história econômica na Inglaterra (HARTE, 1975, p. xxv).

Na direção do projeto da LSE, desde sua fundação, esteve W. A. S. Hewins, economista formado em Oxford, com grande simpatia pelo papel da história como ferramenta para indicar o progresso social. Na direção, desempenhou papel fundamental para garantir o perfil contestador da faculdade naqueles anos iniciais. Entretanto, a liderança política da instituição estava nas mãos dos Webbs, os quais, no campo acadêmico, criticavam vigorosamente as conclusões dos economistas clássicos e os efeitos sociais da revolução industrial; no campo político, os Webbs defendiam a regulação estatal dos trustes e da organização sindical, assim como pregavam que o economista deveria cumprir primordialmente o papel de reformista social, relegando a segundo plano a busca por ser um destacado cientista. Com essa perspectiva, o curso tornou-se um centro de encontro de economistas históricos e reformistas sociais, recebendo *lectures* de personagens como William Cunningham, Herbert Foxwell, Edwin Cannan, William Ashley e, até mesmo, John A. Hobson.<sup>21</sup>

Hewins se afastaria da direção da London School of Economics nos primeiros anos do século XX, quando aderiu ao movimento em defesa da reforma tarifária de Joseph Chamberlain e assumiu a secretaria da Comissão Tarifária em 1904. Para Gerard Koot, seguindo a tradição dos economistas históricos da década de 1870, os historiadores econômicos estavam realmente preocupados em debater a política econômica inglesa (KOOT, 1980, p. 202). Nesse sentido, da geração dos economistas históricos irlandeses dos anos 1870 e 1880, aos historiadores econômicos britânicos do início do século XX, uma importante linha de continuidade pode ser construída. Valendo-se da análise histórica, salta aos olhos a crítica social, o questionamento da noção de progresso que a emergente ciência econômica parecia advogar. Diferen-

<sup>20</sup> Vale acompanhar as cartas arroladas por Coats enviadas por Alfred Marshall com questionamentos sobre o projeto em curso para o então diretor da LSE, W. A. S. Hewins (COATS, 1967).

<sup>21</sup> John Hobson foi uma personagem de destaque no debate econômico inglês, mas que nunca conseguiu se lançar para dentro dos muros das universidades por meio de uma posição expressiva. Foi autor de inúmeros livros, entre eles *Imperialismo, um estudo* (HODGSON, 2001, p. 111-112).

temente, portanto, dos benefícios de uma alocação ótima que o mercado poderia proporcionar para os agentes econômicos, a conjuntura exigia intervenção, fosse para debelar a crise irlandesa, fosse para reverter o cenário de crise da indústria inglesa.

O contexto era marcado pela evidente perda de competitividade da indústria inglesa frente às novas potências industriais, como Estados Unidos e Alemanha. A retomada de práticas protecionistas pelos países industrialmente atrasados colocava em xeque a capacidade de sobrevivência da indústria inglesa, tendo como consequência a elevação da taxa de desemprego do país, que alcançaria os 8% em 1904. A Comissão Tarifária defendia taxas preferenciais para os países do Império Britânico, questionando o consenso do livre-comércio que perdurava entre os políticos ingleses.

Em agosto de 1903, contudo, a proposta de reforma sofreria um ataque que abriria mais um capítulo na disputa entre economistas filiados à perspectiva histórica e os teóricos/ortodoxos. O chamado “Manifesto dos Professores”, publicado no *The Times*, foi assinado por economistas encabeçados por Alfred Marshall e tinha apoio de personagens como A. C. Pigou e F. Y. Edgeworth. Ao se opor ao projeto protecionista de Chamberlain, Marshall recuperava argumentos clássicos liberais. Para o grupo dos economistas históricos, que contava não só com Hewins, mas também com a participação de Ashley e Cunningham, a intervenção seria um instrumento para corrigir a concorrência desleal dos produtos importados, permitindo a manutenção da produção e do emprego na Inglaterra. Ewen Green considera que a influência do historicismo alemão sobre o pensamento desses intelectuais ingleses não pode ser comprovada, mas ressalta a sintonia da argumentação em prol da proteção econômica e da intervenção do Estado, assim como o contato dos economistas históricos ingleses com os autores alemães, especialmente Gustav Schmoller (GREEN, 1996, p. 163–165).

Passada a polêmica em torno das tarifas e a consolidação do *Tripes* em economia na Universidade de Cambridge, ao que nos parece, as disputas entre as duas correntes de economistas se dissiparam. A ciência econômica, seguindo a perspectiva dos *Princípios* de Marshall, tornou-se o modelo de ensino e profissionalização dos economistas; a história econômica, por sua vez, perdia espaço entre os economistas, mas se delimitava como área específica e cada vez mais coesa: os economistas históricos caminhavam para se tornar efetivamente historiadores econômicos. O ensino de história econômica estava preservado em algumas poucas disciplinas oferecidas nos cursos ingleses de economia, mas já não era indispensável, para a formação dos economistas, como instrumento central na teorização do objeto econômico,

como outrora pensavam os economistas históricos ingleses. Para Hodgson essa posição secundária dos economistas históricos decorria da incapacidade da escola histórica inglesa em formar um corpo teórico ou metodológico amplo e aplicável (HODGSON, 2001, p. 111).

Portanto, os pioneiros da história econômica na Inglaterra basicamente atacavam em duas frentes durante as décadas de passagem para o século XX. Promoviam uma evidente defesa da maior presença da análise histórica, fundamentada no empirismo, dentro dos cursos de economia, o que no entendimento de Gras era uma reação ao debate do método em economia (GRAS, 1927, p. 21). E, ao mesmo tempo, mantinham uma posição crítica à política econômica britânica, defendendo maior intervenção do governo na economia, e exigindo o maior arbítrio entre os conflitos de capital e trabalho e a implementação de reformas sociais.

### **Rumo à institucionalização: a criação da Economic History Society**

Nesse sentido, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pela disseminação do ensino de história econômica na Inglaterra. Tratava-se de manter um espaço para a história econômica na formação de economistas neoclássicos. Em Manchester a disciplina foi assumida, entre 1905 e 1908, por H. O. Meredith, autora de *Outlines of the history of England*. Em Cambridge seriam oferecidas algumas disciplinas com temas de história econômica, como a de S. J. Chapman com sua história econômica da Inglaterra – posteriormente publicada em três volumes como *Economic history of modern Britain* (primeiro volume de 1926); ou ainda disciplinas oferecidas por Meredith, que em 1909 se transferiu para Cambridge. Apesar de a temática estar na formação dos economistas de Cambridge, a cadeira de história econômica seria criada somente em 1928 – pouco depois da formação da Economic History Society – sendo ocupada por Clapham. Em Oxford o espaço da história econômica foi muito mais oxigenado, sendo L. L. Price o responsável pelo oferecimento de disciplinas da área entre 1907 e 1921; enquanto isso, em Edimburgo, a partir de 1908, a disciplina seria oferecida por George Unwin, autor de *Industrial organization in the sixteenth and seventeenth centuries* (1904). Fi-



nalmente, Eileen Power e R. H. Tawney reforçariam os quadros da London School of Economics na década de 1920 (HARTE, 2001).<sup>22</sup>

Ainda assim, na década de 1920 poucos profissionais se dedicavam exclusivamente à história econômica na Inglaterra, mas a área crescia com novas pesquisas e interessados. Em 1923, no Congresso Histórico Internacional, organizado em Bruxelas, Ashley entrou em contato com Henri Pirenne, Nicolaas Wilhelmus Posthumus e Lucien Febvre para tentar criar uma sociedade internacional de história econômica e social, assim como uma revista própria dedicada ao tema. Mas a investida não surtiu efeito (BARKER, 1977, p. 6). No retorno à Inglaterra, compreendeu que a iniciativa deveria ocorrer dentro das fronteiras do país.

Tal empreendimento foi então liderado por Eileen Power, organizadora de uma sessão dedicada à história econômica na Segunda Conferência Anglo-Americana de Historiadores no Instituto de Pesquisas Históricas, em julho de 1926.<sup>23</sup> Para o evento, William Ashley foi convidado a proferir a palestra “O lugar da história econômica nos estudos universitários”. Ashley, a essa altura, era o decano dos historiadores econômicos ingleses, já aposentado da Universidade de Birmingham. Eileen Power, na oportunidade, colocou em discussão o tema “a nova sociedade de história econômica, a revista de história econômica e outros métodos para desenvolver a área”. Era o marco de fundação da associação: a Economic History Society surgia com Ashley na presidência e com os vice-presidentes E. F. Gay (de Harvard) e W. R. Scott (da Escócia), tendo aproximadamente 480 sócios individuais e 125 bibliotecas filiadas (com cerca de 80 sócios individuais provenientes dos Estados Unidos). A secretaria foi comandada por Eileen Power e F. W. Tickner, enquanto o tesoureiro era J. A. White.

Constituída a associação, o segundo objetivo do grupo era garantir a elaboração da nova revista de história econômica. Barker (1977, p. 3-5) sugere

<sup>22</sup> Ironicamente, considera Koot, durante o entreguerras, a LSE tendeu a caminhar para uma crescente ortodoxia, sob a liderança de William Beveridge entre 1919-1927, e a presença de economistas como Lionel Robbins e Friedrich A. Hayek, enquanto Cambridge tornou-se “herética” (KOOT, 1980, p. 204).

<sup>23</sup> Eileen Power (1889-1940) foi uma importante historiadora econômica medievalista, autora do famoso *Medieval People* de 1924, tendo lecionado nas universidades de Cambridge, London School of Economics e University of London. Por outro lado, R. H. Tawney (1880-62), professor da London School of Economics, era considerado um socialista cristão inglês e foi autor de duas relevantes obras: *The agrarian problem in the sixteenth century* (1912) e *Religion and the rise of capitalism* (1926). Outras lideranças já tinham falecido: William Cunningham em 1919, Lilian Knowles em 1926 e George Unwin em 1927.



que durante o entreguerras a associação foi uma organização para manter viva a revista, afinal, até a década de 1920 as pesquisas inglesas de história econômica precisavam buscar revistas na Alemanha, ou espaços marginais nas revistas inglesas. *The Economic Journal* limitava o perfil dos estudos de história econômica, enquanto *English Historical Review* e *Transactions of the Royal Historical Society* davam prioridade para estudos de história política (BARKER, 1977, p. 5).

Assim, a edição da revista foi encabeçada por Ephraim Lipson (Oxford) e R. H. Tawney (LSE), e essa presença de historiadores econômicos de Oxford e de Londres nos principais postos da associação parecia incomodar os economistas de Cambridge. Segundo Barker, para frear a formação da sociedade de história econômica, que não estaria nas mãos de Cambridge, a Royal Economic Society decidiu publicar em 1925 um número especial de sua revista dedicada à história econômica. O número “Economic History” do *Economic Journal*, cujo editor era ninguém menos que John M. Keynes, foi publicado em janeiro de 1926, poucos meses antes da formação da Economic History Society (BARKER, 1977, p. 12). Mas o projeto da *Economic History Review* já estava em andamento, e seu primeiro número foi publicado no início de 1927, tendo como artigo inicial a conferência proferida por Ashley no ano anterior. O primeiro presidente da Economic History Society comemorava a conquista:

That in this Anglo-American Conference of Professors and Teachers of History there is a section for Economic History is a significant fact. (...) It indicates that Economic History has won an acknowledged place for itself as a field of study, side by side with the Political, the Constitutional, the Ecclesiastical, the Military. And this is the outcome of the recognition that the economic aspect of history is one of large significance. (ASHLEY, 1927, p. 1)

É sintomática a mudança de discurso de Ashley. Se em 1927 o patrono da história econômica na Inglaterra comemorava o reconhecimento de um espaço próprio para a área, décadas antes, no momento da inauguração da cadeira de história econômica em Harvard, parecia acreditar que a disciplina assumiria papel central na teoria econômica: “Harvard must receive the credit of having been the first among universities to realize the altered situation. It has been the first to see the wisdom of having both attitudes – the theoretical and the historical – represented in a great institution of learning” (ASHLEY, 1893, p. 123).

Também em artigo publicado no primeiro número da *Economic History Review*, N. S. B. Gras, professor de Harvard herdeiro da cadeira de Ashley, considerava que o caminho de especialização da história econômica, na Inglaterra e nos Estados Unidos, vinha dando relevante impulso para aprofundar os te-

mas específicos da área.<sup>24</sup> Saudando a constituição da *Economic History Review*, acreditava que a tendência seria de aperfeiçoamento dos estudos de história econômica, que teria “potente força nos próximos anos” (GRAS, 1927, p. 23).

O otimismo de Gras não era infundado: a Economic History Society crescerá nas décadas seguintes, tornando-se um espaço relevante de reunião de pesquisadores e divulgação de novos estudos. Contudo, comparada à ambição dos economistas históricos ingleses, de que a história econômica seria o núcleo formador dos economistas, a associação transparecia uma conquista tímida, quase um espaço de resistência.

### Considerações finais

A formação das associações nacionais de história econômica ao longo do século XX, especialmente em 1927 na Inglaterra, para os poucos trabalhos que se dedicaram ao tema é uma poderosa evidência de fortalecimento da área. O que podemos observar na experiência inglesa, contudo, é um processo diametralmente oposto: a necessidade de constituição da associação, de formalização da rede de pesquisadores por meio da organização de congressos e da publicação de revistas voltados para a área de história econômica, deve ser reconhecida muito mais como um instrumento defensivo do que de conquistas.

Essa difícil trajetória dos pesquisadores que se aproximaram de métodos históricos para realizar a análise econômica pode ser bem retratada pela tendência de transformação da denominação de seus representantes. Inicialmente designados como economistas históricos, eram reconhecidos antes de tudo como economistas que contribuíam para uma forma de compreender e analisar os fenômenos econômicos utilizando a história como instrumento central. Com a nova definição da ciência econômica e a crescente teorização e valorização do corpus teórico formal, em detrimento do uso de evidências empíricas e fatos históricos, os economistas históricos vão se tornando his-

---

<sup>24</sup> Em sua aula inaugural na cadeira de história econômica da Universidade de Londres, R. H. Tawney, apesar de estar vinculado à escola de economia, faz um discurso, no que diz respeito ao método, plenamente voltado para a relação entre a história econômica e a história: “The only adequate history is *l’histoire intégrale*, and the limitations of specialisms can be overcome only by a treatment which does justice at once to the economic foundations, the political superstructure and the dynamic of ideas. (...) At the moments when I forget that I am a teacher in a School of Economics, I confess to an unregenerate pleasure in the clang of decisive action, and in the noise which human beings make in the rare hours when they rise to it” (TAWNEY, 1933, p. 20–21).

toriadoreseconômicos, isto é, um grupo de pesquisadores mais distante da economia e mais próximo da história.

O percurso da história econômica na Inglaterra representou bem esse processo. Se entre as décadas de 1870 e 1890 os economistas históricos disputaram o novo paradigma dominante da teoria econômica, nas décadas iniciais do século XX a derrota era já evidente. No novo cenário de fortalecimento do discurso de uma ciência econômica dedutiva, universal, restou aos economistas históricos se organizarem institucionalmente, construindo cadeiras nas universidades, associações, publicações, locais em que a história econômica estaria plenamente preservada. Em certo sentido, esse seria o primeiro capítulo de uma trajetória de resistência da história econômica no campo da economia, processo recorrente ao longo de todo o século XX.

## Referências bibliográficas

- ASHLEY, William. On the study of economic history. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 7, n. 2, p. 115–136, 1893.
- ASHLEY, William. The place of economic history in university studies. *The Economic History Review*, London, v. 1, n. 1, p. 1–11, 1927.
- BARKER, Theo Cardwell. The beginnings of the Economic History Society. *The Economic History Review*, London, v. 30, n. 1, p. 1–19, 1977.
- BARRETT, Sean. John Kells Ingram. *Trinity Economic Paper Series*, Dublin, 99/9, p. 1–20, [19—].
- BIRRELL, Augustine. Walter Bagehot. *The collected essays and addresses of the Rt. Hon. Augustine Birrell*, v. 2. London: J. M. Dent & Sons, 1922.
- BLADEN, Vicent Wheeler. Mill to Marshall: the conversion of the economists. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v. 1, p. 17–29, 1941.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122–155.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- COATS, Alfred William. Alfred Marshall and the early development of the London School of Economics: some unpublished letters. *Economica*, New York, v. 34, n. 136, p. 408–417, 1967.
- CUNNINGHAM, William. The perversion of economic history. *The Economic Journal*, Oxford, v. 2, n. 7, p. 491–506, 1892.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- GAY, Edwin. The tasks of economic history. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v. 1, p. 9–16, 1941.
- GRAS, Norman S. B. The present condition of economic history. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 34, n. 2, p. 209–224, 1920.

- GRAS, Norman S. B. The rise and development of economic history. *The Economic History Review*, London, v. 1, n. 1, p. 12–34, 1927.
- GREEN, Ewen Henry Harvey. *The crises of conservatism: the politics, economics and ideology of the British Conservative Party, 1880-1914*. London: Routledge, 1996.
- GROENEWEGEN, Peter. Alfred Marshall and the establishment of the Cambridge Economic Tripos. *History of Political Economy*, Durham, v. 20, n. 4, p. 627–667, 1988.
- HARTE, Negley. The Economic History Society, 1926–2001. In: HUDSON, Pat (ed.). *Living economic and social history*. Glasgow: Economic History Society, 2001, p. IV–XV.
- HARTE, Negley. *The study of economic history: collected inaugural lectures, 1893-1970*. London: Frank Cass, 1975.
- HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001.
- INGRAM, John Kells. The present position and prospects of political economy: being the introductory address delivered in the Section of Economic Science and Statistics of the British Association for the Advancement of Science. *Journal of the Statistical and Social Inquiry Society of Ireland*, Dublin, v. 7, p. 1–29, 1879.
- KOOT, Gerard. An alternative to Marshall: economic history and applied economics at the early LSE. *Atlantic Economic Journal*, Atlanta, v. 10, n. 1, p. 3–17, 1982.
- KOOT, Gerard. English historical economics and the emergence of economic history in England. *History of Political Economy*, Durham, v. 12, n. 2, p. 174–205, 1980.
- LESLIE, Cliffe. History of German political economy. *Fortnightly Review*, London, 1 July 1875. Disponível em: <<http://bit.ly/3aGIgDv>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- LESLIE, Cliffe. Political economy and sociology. *Fortnightly Review*, London, 1 Jan. 1879. Disponível em: <<http://bit.ly/30Vhlda>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- LESLIE, Cliffe. Review of Lord Dalling's Sir Robert Peel. *The Academy*, London, v. 6, p. 523, 1874.
- MALONEY, John. Marshall, Cunningham, and the emerging economics profession. *Economic History Review*, London, v. 29, n. 2, p. 440–451, 1976.
- MARCUZZO, Maria Cristina et al. Cambridge as a place in economics. In: MARCUZZO, Maria Cristina. *Fighting market failure: collected essays in the Cambridge tradition of economics*. New York: Routledge, 2012, p. 11–30.
- MARSHALL, Alfred. The old generation of economists and the new. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 11, n. 2, p. 115–135, 1897.
- MARSHALL, Alfred. [The perversion of Economic History]: a reply. *The Economic Journal*, Oxford, v. 2, n. 7, p. 507–519, 1892.
- MATTOS, Laura Valladão de. Marshall e os críticos à economia política clássica. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 271–292, 2010.
- MATTOS, Laura Valladão de. Os debates metodológicos na Inglaterra nas décadas de 1870 e 1880: o desafio historicista à economia política. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 45, 2017, Natal. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpec, 2017, p. 1–20.
- NARDINELLI, Clark & MEINERS, Roger. Schmoller, the Methodenstreit, and the development of economic history. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, Tuebingen, v. 144, n. 3, p. 543–551, 1988.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- SAES, Flávio & SAES, Alexandre. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SCHABAS, Margaret. Alfred Marshall, W. Stanley Jevons, and the mathematization of economics. *Isis*, Chicago, v. 80, n. 1, p. 60–73, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*, v. 3. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- TAWNEY, Richard Henry. The study of economic history. *Economica*, Hoboken, n. 39, p. 1–21, 1933.
- TRIBE, Keith. Historical schools of economics: German and English. In: SAMUELS, Warren et al. (org.). *A companion to the history of economic thought*. Hoboken: Blackwell, 2003.

Recebido: 06/02/2019 – Aprovado: 29/08/2019

Editores Responsáveis  
Júlio Pimentel Pinto Filho e Flávio de Campos